



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA- UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO- CAMPUS X
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

STEFFANY BARBOSA MORAES

**JOGOS NA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS: Mapeamento de
Trabalhos do Congresso Brasileiro de Alfabetização**

Teixeira de Freitas

2025

STEFFANY BARBOSA MORAES

**JOGOS NA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS: Mapeamento de
Trabalhos do Congresso Brasileiro de Alfabetização**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia- UNEB, Departamento de Educação- Campus X, como um dos requisitos para obtenção do grau de licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Ma. Cecília Maria Mourão Carvalho

Teixeira de Freitas

2025


FOLHA DE APROVAÇÃO
STEFFANY BARBOSA MORAES
JOGOS NA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS:
MAPEAMENTO DE TRABALHOS DO CONGRESSO BRASILEIRO DE
ALFABETIZAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia- UNEB, Departamento de Educação- Campus X, como um dos requisitos para obtenção do grau de licenciada em Pedagogia.


Orientadora: Profa. Ma. Cecília Maria Mourão Carvalho

Teixeira de Freitas, 07 de agosto de 2025.


BANCA EXAMINADORA

 Documento assinado digitalmente
CECILIA MARIA MOURAO CARVALHO
Data: 20/08/2025 20:43:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Ma. Cecília Maria Mourão Carvalho
Orientadora
UNEB – Campus X

 Documento assinado digitalmente
PRISCILA ALVES PEREIRA
Data: 21/08/2025 17:40:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Ma. Priscila Alves Pereira
Membro Convidado
UNEB – Campus X

 Documento assinado digitalmente
QUITERIA RODRIGUES COSTA
Data: 25/08/2025 21:42:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Ma. Quitéria Rodrigues Costa
Membro Convidado
UNEB – Campus X

Dedico este trabalho a Deus, por ser meu alicerce em todos os momentos; à minha família, por todo amor, apoio e incentivo ao longo dessa jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me conceder forças, saúde e sabedoria para seguir em frente, mesmo diante dos desafios e por realizar o grande sonho de cursar uma graduação em uma universidade pública, especialmente na Universidade do Estado da Bahia, Campus X.

A minha família deixo minha eterna gratidão, em especial aos meus pais, Zenaide Oliveira Barbosa Moraes e Jose Nunes Moraes, pelo apoio incondicional, incentivo constante e amor que foram fundamentais em cada passo dessa jornada acadêmica.

Agradeço às minhas colegas de turma pela parceria ao longo dessa jornada, pelos trabalhos que realizamos juntas ao longo do curso que contribuíram significativamente para meu aprendizado e para tornar essa caminhada mais leve.

Aos meus professores e professoras da UNEB que, com dedicação, conhecimento e compromisso, contribuíram imensamente para minha formação, meu sincero agradecimento. Cada ensinamento e orientação recebida marcou minha trajetória. Às professoras Priscila e Quitéria, agradeço pela valiosa participação na banca.

Agradeço ao projeto de extensão UATI-CEVITI e aos educandos da Oficina de Alfabetização e Letramento, na qual atuei como monitora voluntária no ano de 2023. Essa experiência foi enriquecedora e marcante para minha formação, tendo sido, inclusive, uma das inspirações para a escolha do tema deste trabalho.

Por fim, em especial, agradeço à professora Cecília, minha orientadora, pelo comprometimento, orientação e contribuições ao longo deste trabalho. Acompanhar sua atuação foi essencial, tanto na definição do tema quanto no desenvolvimento da pesquisa.

“N3o h3 saber mais ou saber menos: h3 saberes diferentes.”

Paulo Freire (1996, p. 23)

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como tema os jogos no processo de alfabetização. O objetivo da pesquisa é apresentar os resultados do mapeamento dos trabalhos que discutem os jogos na alfabetização de jovens, adultos e idosos publicados nos Anais do Congresso Brasileiro de Alfabetização (CONBALF), no período de 2013 a 2023. O Congresso Brasileiro de Alfabetização é um evento bianual que congrega pesquisadores, professores, gestores públicos e profissionais na área de educação e ocorre desde 2013. A pesquisa está fundamentada em autores clássicos e contemporâneos que tratam da alfabetização, letramento, ludicidade, educação popular: Paulo Freire (2021), Magda Soares (2021), Artur Gomes de Moraes (2019) Emilia Ferreiro e Ana Teberosky (1999), Brian Street (2014), Carlos Rodrigues Brandão (2010), Miguel Arroyo (2006), Kishimoto (2021), dentre outros. Quanto à metodologia, utilizou-se a pesquisa bibliográfica com abordagem quali quantitativa dos trabalhos publicados nos anais do Evento. Como resultado, ao rastrear as publicações no Eixo temático Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, foi localizado apenas um trabalho abordando especificamente o uso de jogos na alfabetização desse público. Considerando a contribuição dos jogos para o processo de ensino e aprendizagem e a expressiva quantidade de jovens, adultos e idosos não alfabetizados no país, observa-se que a produção acadêmica sobre essa temática ainda é incipiente, o que nos provoca para trabalhos futuros com a temática.

Palavras-chave: Jogos; Alfabetização de Jovens, Adultos e Idosos; Congresso Brasileiro de Alfabetização; Educação de Jovens e Adultos.

ABSTRACT

This final project focuses on games in the literacy process of elderly adults. The objective of this research is to present the results of mapping works that discuss games in the literacy of young people, adults, and the elderly published in the Proceedings of the Brazilian Literacy Congress (CONBALF), from 2013 to 2023. The Brazilian Literacy Congress is a biannual event that brings together researchers, teachers, public managers, and professionals in the education field and has been taking place since 2013. The research is based on classic and contemporary authors who deal with literacy, literacy, playfulness, and popular education: Paulo Freire (2021), Magda Soares (2021), Artur Gomes de Moraes (2019), Emilia Ferreiro and Ana Teberosky (1999), Brian Street (2014), Carlos Rodrigues Brandão (2010), Miguel Arroyo (2006), and Kishimoto (2021). Regarding the methodology, we used bibliographic research with a qualitative and quantitative approach to the papers published in the event proceedings. As a result, when tracking publications in the Literacy and Education of Young People and Adults thematic axis, only one paper was found specifically addressing the use of games in literacy development for this population. Considering the contribution of games to the teaching and learning process and the significant number of illiterate young people, adults, and seniors in the country, we observe that academic production on this topic is still incipient, which encourages future work on the topic.

Keywords: Games; Literacy of Young People, Adults, and Seniors; Brazilian Literacy Congress; EJA (Youth, Adult, and Senior Adult Education).

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Diretoria da ABALF (2012-2023)	31
Tabela 2- Edições da Revista Brasileira de Alfabetização (RBA) (2015-2025)	32
Tabela 3- Edições do Congresso Brasileiro de Alfabetização (CONBALF)	33
Tabela 4- Eixos temáticos do Congresso Brasileiro de Alfabetização	34
Tabela 5- Produções sobre jogos na Alfabetização de jovens, adultos e idosos nos CONBALF (2013-2023)	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABALF Associação Brasileira de Alfabetização

ALB Associação de Leitura do Brasil

ANPED Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Educação

CEAA Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos

CNER Campanha Nacional de Educação Rural

CNEA Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo

COLE Congresso de Leitura do Brasil

CONBALF Congresso Brasileiro de Educação

EJA Educação de Jovens e Adultos

FNEP Fundo Nacional de Ensino Primário

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INAF Indicador de Alfabetismo Funcional

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC Ministério da Educação

MOBRAL Movimento Brasileiro de Alfabetização

PBA Programa Brasil Alfabetizado

PNE Plano Nacional de Educação

ProJovem Campo Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Saberes da Terra

SIHELE Seminário Internacional Sobre História do Ensino de Leitura e Escrita

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS NO BRASIL – CONTEXTO HISTÓRICO	14
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS.....	19
2.2 CONTRIBUIÇÃO DOS JOGOS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS.....	25
3 METODOLOGIA	28
4 OS CONGRESSOS BRASILEIROS DE ALFABETIZAÇÃO (CONBALF)	30
4.1 PRODUÇÕES ACERCA DA UTILIZAÇÃO DOS JOGOS NA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS NOS ANAIS DO CONBALF	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	40

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), no Brasil, é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal de 88 e outras normativas, mas que ainda enfrenta grandes desafios, como a ausência de políticas públicas efetivas que garantam o acesso e permanência desses sujeitos na escola, além da garantia das aprendizagens em diversos níveis. Muitos desses educandos chegam à EJA com lacunas significativas no processo de alfabetização o que dificulta sua inserção plena no mundo letrado. Ademais, temos no Brasil mais de 9 milhões de pessoas não alfabetizadas, correspondendo a 5,3% da população acima de 15 anos (IBGE, 2024), e ainda o analfabetismo funcional que abrange 29% da população brasileira de 15 a 64 anos (INAF, 2025).

A alfabetização de jovens, adultos e idosos apresenta desafios específicos que exigem abordagens pedagógicas sensíveis, criativas e adaptadas às singularidades desse público. Segundo Freire (1987), esses sujeitos tiveram trajetórias escolares interrompidas ou marcadas por experiências de exclusão, o que demanda metodologias que considerem não apenas os aspectos cognitivos, mas também os afetivos e socioculturais da aprendizagem.

Nesse contexto, alguns estudos apontam que o uso de jogos educativos pode contribuir para o desenvolvimento das aprendizagens da leitura e da escrita. Assim, este estudo se insere no campo da alfabetização de jovens, adultos e idosos. Possui uma abordagem qualitativa, mas também se utiliza de dados quantitativos, com base em pesquisa bibliográfica. Conforme Minayo (2010), as pesquisas qualitativas são fundamentais para compreender fenômenos educativos em suas dimensões subjetivas e sociais.

A base teórica desta pesquisa está fundamentada em autores clássicos e contemporâneos que tratam da alfabetização, letramento, jogos e Educação de Jovens e Adultos: Paulo Freire (2021), Magda Soares (2021), Artur Gomes de Moraes (2019) Emilia Ferreiro e Ana Teberosky (1999), Brian Street (2014), Carlos Rodrigues Brandão (2010), Miguel Arroyo (2006), Kishimoto (2021), dentre outros.

Para aprofundar esta investigação, o material de pesquisa selecionado consiste nos Anais do Congresso Brasileiro de Alfabetização (CONBALF), no recorte temporal de 2013 a 2023. Esse congresso, promovido pela Associação Brasileira de Alfabetização (ABALF), reúne produções acadêmicas que abordam práticas pedagógicas, reflexões teóricas e pesquisas empíricas voltadas à alfabetização em seus múltiplos contextos. A escolha desse conjunto documental se justifica pela relevância e atualidade das discussões ali apresentadas, bem como

pela diversidade de experiências compartilhadas por pesquisadores, educadores e profissionais da educação Básica e Superior. Assim, os Anais do CONBALF constituem uma fonte rica para analisar se os jogos têm sido empregados como estratégias de ensino e de que forma se articulam com o desenvolvimento da leitura e da escrita na alfabetização de jovens, adultos e idosos.

A questão norteadora da pesquisa é: De que forma os trabalhos publicados nos Anais do CONBALF contemplam (ou não) a utilização de jogos no processo de alfabetização de jovens, adultos e idosos? Parte-se da hipótese de que os jogos, especialmente os fonológicos, podem promover avanços significativos na leitura e escrita, ao favorecerem a construção das habilidades necessárias à construção do sistema alfabético, além de incentivarem a participação ativa, o prazer na aprendizagem e a valorização da experiência dos aprendizes.

Diante da importância dos jogos no processo de alfabetização e da necessidade de compreender como essa estratégia tem sido aplicada em contextos voltados a jovens, adultos e idosos, este trabalho propôs-se a analisar as abordagens sobre o uso de jogos presentes nos Anais do Congresso Brasileiro de Alfabetização (CONBALF). Ao investigar as produções publicadas entre os anos de 2013 a 2023, buscou-se compreender como essas experiências e pesquisas têm tratado a relação entre jogos e o processo de alfabetização de adultos e idosos, bem como os impactos dessas práticas na aprendizagem da leitura e da escrita. A escolha dos Anais do CONBALF como fonte de pesquisa se justifica por seu caráter acadêmico, atualizado e por representarem um espaço de debate qualificado sobre políticas, práticas e teorias da alfabetização.

A escolha do tema partiu de experiência vividas em espaço de alfabetização de adultos e idosos, especialmente durante a participação como monitora voluntária do Projeto de Extensão Oficina de alfabetização e letramento, da Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI/CEVITI) no Campus X da UNEB, na qual foi possível observar o impacto positivo dos jogos na motivação e na aprendizagem dos participantes. Essas vivências despertaram o interesse pela pesquisa e reforçaram o desejo de aprofundar os conhecimentos sobre o uso de jogos no processo de alfabetização. Diante disso, torna-se urgente buscar estratégias didáticas que dialoguem com as vivências, os ritmos e os saberes desses sujeitos.

Assim, a utilização de jogos se apresenta como uma alternativa metodológica eficaz, promovendo a aprendizagem de forma lúdica e respeitosa com os ritmos individuais. A proposta foi investigar como esses jogos podem favorecer a construção de habilidades fonológicas, facilitar a apropriação do sistema alfabético e tornar o processo de aprendizagem mais motivador e acessível para sujeitos com histórias de escolarização tardia.

A estrutura deste estudo está organizada da seguinte forma, o primeiro capítulo apresenta o referencial teórico que fundamenta a pesquisa, abordando os conceitos de alfabetização e letramento, bem como as especificidades da alfabetização de jovens, adultos e idosos e as políticas públicas para a alfabetização desses sujeitos. Em seguida, discute-se a utilização de jogos no processo de alfabetização, destacando sua relevância pedagógica. No capítulo metodológico, são detalhados os procedimentos da pesquisa de natureza bibliográfica, com foco na análise das produções publicadas nos Anais dos Congressos Brasileiros de Alfabetização (CONBALF) entre 2013 e 2023. Na sequência, o estudo apresenta um panorama desses Congressos e uma sistematização das produções que abordam o uso de jogos no processo de alfabetização de sujeitos da EJA. Por fim, são expostas as considerações finais, nas quais se destacam as principais conclusões, as contribuições da pesquisa para o campo educacional e sugestões para futuras investigações.

2 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS NO BRASIL – CONTEXTO HISTÓRICO

A alfabetização é um processo fundamental na trajetória educacional de todos os seres humanos, especialmente quando se considera seu papel na formação de sujeitos críticos e participativos na sociedade. Historicamente, a alfabetização esteve ligada à capacidade de codificar e decodificar símbolos escritos, ou seja, à aquisição da leitura e da escrita. No entanto, seu conceito tem se ampliado ao longo do tempo passando a incluir aspectos sociais, culturais, cognitivos e linguísticos (Soares, 2003).

Do ponto de vista histórico, a alfabetização sempre refletiu as exigências de seu tempo. Em contextos mais antigos, como nas civilizações clássicas, o acesso à leitura e à escrita era restrito a elites letradas. Já com a ascensão da escola moderna, especialmente a partir do século XIX, a alfabetização passou a ser vista como uma necessidade básica para a formação de cidadãos dentro de um Estado-nação (Mortatti, 2000). Segundo ainda Mortatti, no Brasil, esse processo se intensificou após a Proclamação da República em 1889. O novo regime republicano trouxe consigo um ideal de progresso e modernização, o que exigia uma população minimamente escolarizada. A alfabetização passou a ser entendida como parte do projeto civilizatório da nação. Ainda que tímidas e excludentes, algumas políticas públicas voltadas à educação começaram a ser estruturadas, como a criação de escolas primárias e a tentativa de organização de sistemas estaduais de ensino.

Apesar dessas iniciativas, o acesso à alfabetização permaneceu desigual por décadas. A população negra, indígena, pobre e rural teve pouca ou nenhuma inserção no sistema educacional. As taxas de analfabetismo continuaram altas até meados do século XX, sendo a alfabetização um dos maiores desafios das políticas educacionais brasileiras (Soares, 2003).

Foi somente com movimentos educacionais mais estruturados como a Campanha de Alfabetização de Jovens e Adultos na década de 1940, e depois com o trabalho de Paulo Freire nos anos 1960, que a alfabetização, no Brasil, começou a ser pensada como um direito. Após campanhas de alfabetização como o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização), esse direito só foi consolidado na Constituição Federal de 1988, numa perspectiva universal e de inclusão social.

Mesmo após décadas, o índice de analfabetismo no Brasil ainda é expressivo. Em 2024, o país registrava 9,1 milhões de pessoas com 15 anos ou mais de idade não alfabetizadas, o que corresponde a uma taxa de analfabetismo de 5,3%, a menor da série histórica. Essa taxa caiu de 6,7% em 2016 para 5,3% em 2024, com uma redução de 0,1 ponto percentual em relação a 2023 (5,4%), o que representa menos 197 mil pessoas não alfabetizadas no país. Esses dados, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por meio do módulo anual da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) sobre Educação evidenciam que, apesar dos avanços nas políticas educacionais, o analfabetismo ainda atinge uma parcela significativa da população.

A maior concentração do analfabetismo fica na Região Nordeste (5,1 milhões de pessoas) e mais da metade das pessoas não alfabetizadas no Brasil possuem mais de 60 anos, que corresponde à 14,9% do total de pessoas idosas, dado que reforça a importância de políticas para alfabetização de adultos e idosos. Na Bahia, o índice de analfabetismo atingiu, em 2024, 9,7% da população. A permanência desse índice reforça a importância da ampliação de políticas públicas voltadas à alfabetização de jovens, adultos e idosos, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade social. Já em Teixeira de Freitas, o Plano Municipal de Educação (PME) de 2015-2025, indicava uma taxa de analfabetismo de 21,3% da população teixeirense acima de 15 anos. Assim existe uma limitação de oportunidades para essas pessoas, constituindo-se em um grande desafio atingir a meta 09 do PME, com a superação do analfabetismo até 2025.

Além disso, o analfabetismo funcional também permanece como um grande desafio. Segundo a nova edição do Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF), o Brasil não apresentou avanços nesse aspecto nos últimos seis anos, de forma que 29% dos brasileiros entre 15 e 64 anos permanecem em condição de analfabetismo funcional, mesmo percentual registrado em 2018, quando a série histórica da pesquisa iniciada em 2001 foi interrompida devido à pandemia de Covid-19. Esses dados evidenciam que, mais do que saber ler e escrever frases simples, ainda falta garantir à população habilidades básicas para compreender, interpretar e utilizar informações em contextos diversos do cotidiano.

Esse processo histórico evidencia que a alfabetização além de uma prática pedagógica, é também uma construção social que varia de acordo com os interesses políticos e econômicos de cada época. Compreender essa trajetória ajuda a entender os desafios atuais da alfabetização, principalmente no que se refere à garantia do direito à educação de qualidade para todos os

cidadãos em especial para os adultos e idosos que não tiveram acesso à escolarização em tempo oportuno.

No campo pedagógico, a alfabetização é um processo essencial para o desenvolvimento educacional, social e cultural do indivíduo, sendo mais do que a simples aprendizagem do sistema de escrita. Ela envolve a inserção do sujeito em práticas sociais de leitura e escrita que lhe permitem atuar criticamente no mundo. Segundo Ferreiro e Teberosky (1999), a alfabetização não deve ser compreendida apenas como a decodificação de letras e palavras, mas como a construção de um conhecimento sobre o funcionamento do sistema de escrita alfabética. Diversas fases podem ser identificadas na alfabetização, de acordo com essas pesquisadoras. Inicialmente, ocorre o que se chama de fase pré-silábica na qual o educando ainda não compreende a relação entre fala e escrita, em seguida, vem a fase silábica em que se tenta atribuir uma letra a cada sílaba falada. Depois, há a fase silábico-alfabética momento de transição em que começa a perceber relações mais precisas entre sons e letras. Por fim, chega-se à fase alfabética em que a escrita é entendida em sua forma convencional (Ferreiro e Teberosky, 1999).

Ao longo da história da educação, diversos métodos foram utilizados com o objetivo de alfabetizar. Entre os métodos tradicionais, destaca-se o método alfabético ou de soletração, que parte do ensino das letras e da formação de sílabas. Outro é o método fônico, que se baseia no ensino dos sons das letras. Já o método silábico busca ensinar a leitura e a escrita por meio da combinação de sílabas. Com o tempo, surgiram também os métodos construtivistas, que consideram o conhecimento prévio do aluno e propõem a alfabetização a partir de práticas sociais reais de leitura e escrita (Soares, 2003; Moraes, 1997).

Alfabetização de crianças e adultos envolve o processo de aprendizagem da leitura e da escrita, porém com características, necessidades e contextos distintos. Embora o objetivo comum seja o domínio do sistema alfabético de escrita, as formas de abordagem pedagógica devem respeitar a idade, as experiências prévias e os objetivos de vida dos aprendizes.

Magda Soares (2021) defende que, na alfabetização infantil deve-se articular alfabetização e letramento, desde o início, de forma que as crianças aprendam a ler e escrever usando a linguagem em práticas sociais significativas. A autora destaca que a alfabetização deve ser contextualizada, lúdica e desafiadora, respeitando o ritmo e o desenvolvimento de cada criança, já que possuem capacidade para se alfabetizarem, dessa forma discute o direito à alfabetização para todas.

Já a alfabetização de adultos se insere no campo da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e parte de alguns pressupostos diferentes. Muitos adultos que não foram alfabetizados na infância carregam marcas sociais, emocionais e culturais que impactam seu processo de aprendizagem. Além disso, seus interesses são geralmente mais voltados à vida prática e à superação de limitações sociais impostas pelo analfabetismo.

A alfabetização de adultos, portanto, exige metodologias diferenciadas que valorize o ritmo de aprendizagem de cada educando, reconheça seus saberes e tenha como objetivo a emancipação e a transformação social. Paulo Freire revolucionou o conceito tradicional de alfabetização ao propor uma abordagem dialógica, contextualizada e crítica valorizando a cultura e a experiência de vida dos aprendizes (Freire, 1987). Para Freire (2021), a alfabetização de adultos deve partir de sua realidade e de suas experiências concretas. Ele afirma que:

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. (Freire, 2021, p. 11).

Tanto crianças, quanto adultos podem e devem ser alfabetizadas com base em práticas que respeitem seus contextos, motivações e ritmos. O educador tem o papel fundamental de criar situações de aprendizagem significativas, que articulem a aprendizagem do sistema de escrita à realidade dos sujeitos, promovendo inclusão, cidadania e transformação. Assim, a alfabetização vai além da simples decodificação de símbolos, ela envolve aspectos cognitivos, sociais, culturais e políticos, sendo fundamental para o exercício da participação ativa na sociedade.

A alfabetização e o letramento são conceitos centrais no campo da educação especialmente no que se refere ao ensino da leitura e da escrita. A distinção entre alfabetização e letramento é essencial para a compreensão dos processos de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita no contexto escolar e social. Embora esses termos estejam relacionados, eles não são sinônimos e envolvem dimensões diferentes da linguagem escrita.

Historicamente, a alfabetização sempre esteve ligada ao processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita com foco na aquisição do sistema alfabético de escrita, ou seja, no domínio da relação entre fonemas (sons) e grafemas (letras). Esse processo foi, por muitos anos visto de forma mecânica, priorizando a memorização de letras, sílabas e palavras com pouco vínculo com o uso social da língua.

Segundo Magda Soares (2021), a alfabetização refere-se ao processo de apropriação do sistema de escrita alfabética, ou seja, à aprendizagem das correspondências entre grafemas (letras) e fonemas (sons), que são essenciais para construção da base alfabética de palavras. Que possibilitam a leitura e a escrita convencional das palavras de acordo com Magda Soares:

Alfabetizar é ensinar a ler e escrever, é ensinar o sistema de escrita alfabético da língua portuguesa. Essa etapa envolve habilidades como o reconhecimento de letras, a segmentação de palavras, a formação de frases e a compreensão do valor sonoro das letras. (Soares, 2021, p. 17).

O conceito de letramento ganhou força a partir da década de 1980, especialmente no Brasil com os estudos de Magda Soares. A autora define letramento como “as práticas sociais de leitura e escrita”, ou seja, a capacidade de usar a linguagem escrita em contextos reais de comunicação para interpretar, produzir, refletir e interagir com o mundo.

O letramento refere-se ao uso social da leitura e da escrita. Vai além da aprendizagem do sistema de escrita alfabético, abrangendo a capacidade de compreender, interpretar e produzir textos em diferentes contextos da vida cotidiana, como na escola, no trabalho, nas redes sociais ou em situações formais e informais. Segundo a autora, “Letramento é o resultado da ação de ensinar ou de aprender as práticas sociais de leitura e de escrita”. (Soares, 2021, p. 18).

A partir dessa perspectiva é importante compreender que uma pessoa pode estar alfabetizada, mas não letrada por exemplo, saber ler palavras isoladas, mas não compreender um texto em seu contexto social. Do mesmo modo, é possível que indivíduos participem de práticas de letramento (como ouvir histórias, usar aplicativos, reconhecer sinais) mesmo antes de serem alfabetizados formalmente, como no caso de muitas crianças e adultos.

Além disso, o antropólogo Brian Street (2014) introduziu a noção de “letramentos múltiplos”, ao destacar que diferentes grupos sociais desenvolvem práticas distintas de leitura e escrita, de acordo com suas culturas e necessidades. Ele critica a visão puramente técnica do letramento, propondo que ele seja entendido como uma prática social complexa, atravessada por relações de poder, ideologia e identidade.

Portanto, alfabetização e letramento são processos interdependentes, mas distintos. A alfabetização é a base técnica do aprendizado da escrita, enquanto o letramento é a dimensão social e cultural do uso dessa escrita. Na prática pedagógica, é fundamental que o ensino da leitura e da escrita envolva tanto a aprendizagem do sistema de escrita alfabético quanto sua aplicação em contextos reais e significativos, contribuindo para a formação de sujeitos críticos, autônomos e participativos.

Soares (2021) afirma que é fundamental alfabetizar letrando, ou seja, garantir que o aluno aprenda o sistema de escrita ao mesmo tempo em que se insere nas práticas sociais da linguagem. Essa perspectiva tem implicações importantes para o trabalho pedagógico, especialmente no contexto da educação de jovens, adultos e idosos, no qual os educandos já possuem experiências sociais e culturais que podem ser aproveitadas para promover um letramento significativo e contextualizado.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS

Discutir sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, exige refletir sobre suas raízes, com origem desde o período colonial, quando a educação era restrita a grupos privilegiados, sendo os escravizados e as classes populares excluídos do acesso à leitura e à escrita. Somente com a República, especialmente a partir do início do século XX, começaram a surgir iniciativas voltadas à alfabetização de adultos muitas vezes com caráter assistencialista e descontinuado (Mortatti, 2000).

Ao longo da história da educação brasileira, a alfabetização de adultos esteve associada a campanhas de “erradicação” do analfabetismo muitas vezes com caráter emergencial, pontual e desvinculado de uma política pública estruturada.

No Brasil, a década de 1940 marcou o início de ações mais sistemáticas com destaque para a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), organizada pelo Ministério da Educação (MEC). Contudo, foi apenas na década de 1960, com a proposta de alfabetização de Paulo Freire, que esse campo ganhou uma abordagem pedagógica transformadora, baseada no diálogo, na consciência crítica e na valorização do saber popular (Freire, 1987).

O fim do Estado Novo, o período de 1946 a 1960, marcou o surgimento das primeiras iniciativas oficiais voltadas à ampliação das oportunidades educacionais para jovens e adultos no Brasil. Nesse contexto, a educação de adultos começou a ser reconhecida como uma questão de interesse nacional. Dentre as ações desenvolvidas nesse período, destacam-se a criação e regulamentação do Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP), que buscava garantir recursos para a expansão do ensino básico, e a implementação de campanhas específicas voltadas à alfabetização.

Nesse sentido, a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) teve papel pioneiro ao estruturar programas educacionais voltados a esse público. Já a Campanha de

Educação Rural (CNER) direcionou esforços para alfabetizar populações do campo, enfrentando o desafio da dispersão geográfica e das condições precárias de acesso à escola. Por fim, a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA) consolidou essas iniciativas, reforçando a ideia de que o combate ao analfabetismo era uma responsabilidade do Estado. Essas campanhas, de acordo com Paiva (1987), foram fundamentais para incluir a alfabetização de adultos na agenda das políticas públicas educacionais brasileiras.

Especialmente nos anos 1960, surgem propostas mais críticas e transformadoras. É nesse contexto que se destaca a atuação de Paulo Freire, com sua proposta de educação popular baseada no diálogo, na consciência crítica e na leitura do mundo “Ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho, os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 2021, p. 76).

Ou seja, Freire propôs uma pedagogia centrada na leitura do mundo antes da leitura da palavra, reconhecendo o conhecimento de mundo que os sujeitos já trazem consigo. Sua proposta parte da escuta das experiências dos alunos e da construção de um conteúdo significativo que relacione a linguagem à realidade social, política e cultural dos educandos. Nesse sentido, a alfabetização é compreendida como um ato político e libertador e não apenas técnico ou mecânico.

Freire revolucionou a alfabetização ao propor que o ato de aprender a ler e escrever estivesse diretamente ligado à realidade do educando promovendo sua autonomia e participação cidadã. Sua proposta foi interrompida pelo golpe militar de 1964, que considerava sua pedagogia subversiva, mas deixou um legado fundamental aos longos dos anos para a EJA.

No contexto do golpe militar de 1964, um marco nas políticas de alfabetização no Brasil foi a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), em 1967, implementado pela ditadura militar para reduzir o analfabetismo entre jovens e adultos, que na época atingia cerca de 40% da população com 15 anos ou mais (Paiva, 1987). Apesar da promessa de erradicação em dez anos, o programa reduziu o índice em apenas 2,7% até sua extinção em 1985. Com foco técnico e funcional, o Mobral visava formar trabalhadores aptos ao sistema, sem promover uma educação crítica, diferindo da proposta emancipadora de Paulo Freire. Além disso, o programa utilizava professores não diplomados e reforçava uma concepção elitista e meritocrática da educação, restringindo o acesso das classes populares ao Ensino Superior (Paiva, 1987).

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi instituída legalmente no Brasil como modalidade de ensino, em 1996, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) , nº 9394/96 (BRASIL, 1996), destinada àqueles que não estudaram na idade

escolar própria, em atendimento à demanda de jovens, adultos e idosos não alfabetizados, à baixa taxa de escolaridade e ao atraso escolar, cujos índices, historicamente, compõem a realidade educacional do Brasil, “A educação é um direito de todos e dever do Estado, da família e da sociedade, conforme estabelece a Constituição de 1988, que garante, inclusive, a educação de jovens e adultos como uma modalidade de ensino” (BRASIL, 1988, p. 30).

A EJA tem como objetivo principal a inclusão social por meio da escolarização de jovens, adultos e idosos que não conseguiram completar a educação básica na faixa etária considerada regular. A proposta da EJA vai além da simples transmissão de conteúdos curriculares, buscando proporcionar aos alunos uma educação integral, que permita não apenas a obtenção de competências acadêmicas, mas também o desenvolvimento de habilidades para a cidadania e a participação ativa na sociedade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96) define a EJA como uma modalidade de ensino de educação básica, que abrange tanto o ensino fundamental quanto o ensino médio, e devem atender às necessidades dos educandos, levando em conta sua faixa etária e contexto sociocultural no qual estão inseridos. Nesse sentido, a educação para jovens e adultos deve proporcionar um aprendizado que considere a experiência de vida de cada educando, promovendo um ensino contextualizado, onde os conteúdos sejam mais próximos da realidade desses estudantes.

As estratégias de ensino na EJA precisam ser diferenciadas, levando em consideração as especificidades do público-alvo. A educação de jovens e adultos requer métodos de ensino mais práticos e direcionados à realidade desses alunos. Paulo Freire (1996), por exemplo, defende uma pedagogia que seja dialogada, que parta da experiência de vida dos alunos e que permita uma construção conjunta do conhecimento. A metodologia freiriana valoriza o aluno como sujeito do seu próprio processo de aprendizagem, promovendo uma educação libertadora, que visa a autonomia e a transformação da realidade social:

A educação de jovens e adultos enfrenta desafios profundos, como a necessidade de trabalhar com conteúdos e métodos adaptados às realidades dos alunos, que trazem consigo vivências e obstáculos que muitas vezes não são contemplados pela educação tradicional (FREIRE, 1996, p. 88).

O Plano Nacional de Educação (PNE) constitui o principal instrumento de planejamento da política educacional brasileira, sendo previsto na Constituição Federal e regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Com validade decenal, o plano estabelece metas e estratégias voltadas à garantia de avanços articulados e monitorados na Educação Básica e Superior. O primeiro PNE foi instituído em 2001 pela Lei nº 10.172, com

vigência até 2011, e o segundo pela Lei nº 13.005/2014, que instituiu o segundo Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014-2024. Esta representou um marco no compromisso do Estado brasileiro com a universalização da educação de qualidade em todos os níveis e modalidades. Entre suas 20 metas e 254 estratégias, destaca-se a Meta 9, que prevê a elevação da taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até o final da vigência do plano, bem como a erradicação do analfabetismo absoluto. Essa meta reflete a urgência de enfrentar o histórico problema do analfabetismo entre jovens, adultos e idosos no Brasil, uma realidade agravada por desigualdades regionais, sociais e econômicas.

O PNE orienta a formulação de políticas públicas como o Programa Brasil Alfabetizado, o novo Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo (2024), o Programa Saberes da Terra e o ProJovem Campo Saberes da Terra, todos voltados à inclusão educacional e à justiça social, especialmente em contextos de vulnerabilidade. A prorrogação da vigência do plano, pela Lei nº 14.934/2024, até o final de 2025, busca garantir a continuidade das ações enquanto se constrói o novo ciclo do PNE, com foco renovado em temas como alfabetização, inclusão e qualificação da educação de jovens e adultos.

Criado em 2003, o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) foi instituído como uma importante política pública voltada à alfabetização de jovens, adultos e idosos com 15 anos ou mais que não tiveram acesso à escolarização na idade apropriada. Vinculado ao Ministério da Educação, o PBA busca garantir o direito à educação como um instrumento de inclusão social e exercício pleno da cidadania. Mais do que uma estratégia técnica para alcançar a Meta 9 do Plano Nacional de Educação (PNE), que prevê a elevação da taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais, o programa representa um compromisso ético e social com a superação do analfabetismo. Seu lema, “Nenhum brasileiro para trás”, expressa a intenção de alcançar os segmentos historicamente excluídos do sistema educacional, promovendo ações que respeitam as especificidades regionais, culturais e socioeconômicas dos educandos. O PBA também valoriza a formação continuada de alfabetizadores e incentiva parcerias com estados, municípios e organizações da sociedade civil, consolidando-se como uma política de corresponsabilidade federativa no enfrentamento das desigualdades educacionais.

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem Campo: Saberes da Terra) é um programa criado em 2008, a partir da reformulação do projeto-piloto Saberes da Terra, iniciado em 2005. Destina-se a jovens agricultores familiares entre 18 e 29 anos, que saibam ler e escrever, mas não concluíram o ensino fundamental. Com duração de 24 meses, o curso é estruturado na pedagogia da alternância, combinando atividades na escola (tempo-escola) com

vivências na comunidade (tempo-comunidade). O programa prioriza municípios com maior número de escolas do campo, territórios vulneráveis e jovens egressos do Programa Brasil Alfabetizado (PBA), promovendo inclusão educacional e desenvolvimento rural.

Em 2024 foi lançado, o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na Educação de Jovens e Adultos. Este representa uma política pública articulada de forma colaborativa entre o Ministério da Educação (MEC), a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. O Pacto tem como objetivos centrais superar o analfabetismo no país, elevar a escolaridade da população, ampliar a oferta de vagas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos sistemas públicos de ensino inclusive para pessoas privadas de liberdade, e expandir a integração da EJA à educação profissional. Para isso, articula ações intersetoriais com a participação de diferentes ministérios, da sociedade civil, de organismos internacionais e do setor produtivo. A urgência da iniciativa se justifica pelos dados da Pnad Contínua (2023), que revelam a existência de 9,1 milhões de pessoas não alfabetizadas no Brasil com 15 anos ou mais, o que corresponde a 5,3% da população dessa faixa etária.

Na EJA deve-se também buscar criar um ambiente de valorização do aluno, proporcionando condições de sucesso escolar, respeitando o ritmo e as necessidades de cada estudante. A motivação é um dos maiores desafios dessa modalidade, uma vez que muitos alunos enfrentam dificuldades em conciliar trabalho e estudos e em superar desafios relacionados à sua trajetória escolar anterior.

O desenvolvimento da alfabetização de jovens e adultos é um tema fundamental nas políticas educacionais, especialmente em contextos onde os índices de analfabetismo ainda são elevados. A educação de jovens e adultos (EJA) enfrenta desafios específicos, como a superação de barreiras de ordem de acesso e permanência na escola, mas também motivacionais e de adequação das estratégias pedagógicas às necessidades e realidades dos alunos. Nesse cenário, os jogos na alfabetização podem ter destaque como ferramentas necessárias, pois promovem a aprendizagem ativa, o engajamento e o desenvolvimento cognitivo de uma forma lúdica e prazerosa.

Na última década, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil passou por um período de avanços e recuos. Apesar de o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) ter estabelecido metas importantes para a alfabetização e elevação da escolaridade da população jovem, adulta e idosa, o período foi marcado por uma queda expressiva nas matrículas, provocada pelo fechamento de turmas e escolas que ofertam EJA e pelo enfraquecimento de políticas públicas voltadas à EJA, como a diminuição do alcance do Programa Brasil

Alfabetizado e da atuação de iniciativas como o ProJovem. A falta de articulação entre os entes federativos e a escassez de novos investimentos comprometeram a expansão e a qualidade da oferta educacional para esse público. A situação se agravou a partir de 2020, com a pandemia da Covid-19, que interrompeu atividades presenciais, acentuou desigualdades sociais e intensificou a evasão escolar, especialmente entre jovens e adultos em situação de maior vulnerabilidade, como os moradores do campo e das periferias urbanas.

Dessa forma, nos últimos dez anos a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil apresentou uma significativa redução no número de matrículas, passando de 3,6 milhões para 2,4 milhões, o que representa uma queda de aproximadamente 34%. A diminuição mais acentuada ocorreu no Ensino Médio, que registrou uma redução de 1,22 milhão para 888 mil matrículas em 2023, conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2024). Verifica-se que o fechamento das turmas de EJA tem sido uma constante em todos os municípios brasileiros que alegam baixo número de matrículas.

A EJA é de extrema importância como um instrumento fundamental para a inclusão social e para o desenvolvimento pessoal de jovens e adultos que não tiveram acesso à educação básica na idade escolar. Com base nos marcos legais como a Constituição de 1988 e a LDB de 1996, fica estabelecido que a EJA é um direito que deve ser garantido a todos os cidadãos, e sua implementação deve ser feita com uma abordagem pedagógica flexível, que respeite as especificidades dos educandos e promova uma educação contextualizada e transformadora.

Segundo Carlos Rodrigues Brandão (2010), a EJA precisa ser pensada como uma educação libertadora, que respeite a trajetória dos sujeitos e valorize seus saberes. Miguel Arroyo (2006) também ressalta a importância de compreender os educandos da EJA como sujeitos históricos: “Não são alunos fora do tempo, mas sujeitos que carregam uma rica experiência de vida e luta” (Arroyo, 2006, p. 45).

2.2 CONTRIBUIÇÃO DOS JOGOS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS

A utilização de jogos no processo de alfabetização de jovens, adultos e idosos tem se mostrado uma estratégia pedagógica eficaz, dinâmica e inclusiva. Essa abordagem reconhece que a aprendizagem não precisa ser rígida ou mecânica, mas pode acontecer de forma lúdica e interativa mesmo entre sujeitos que não estão mais na infância. Segundo Oliveira (2010), o jogo ao estimular o raciocínio e a socialização, além de criar um ambiente de aprendizagem mais acolhedor e colaborativo, para educandos da EJA, que trazem consigo múltiplas vivências, ele

também pode representar um espaço para compartilhar experiências e construir saberes de forma coletiva.

No contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), os jogos pedagógicos ganham especial relevância por diversos motivos, os educandos possuem um cotidiano exaustivo, por demandas de trabalhos, muitos enfrentaram experiências escolares interrompidas, outros possuem dificuldades em relação à aprendizagem e muitas vezes veem a escola como um espaço distante de suas vivências. Assim, os jogos contribuem para resgatar o interesse, promover o engajamento e facilitar o aprendizado por meio da ação, da experimentação e do prazer em aprender.

De acordo com Kishimoto (2021), considera-se jogo educativo aquele utilizado dentro do ambiente escolar que tem, entre outras funções, a capacidade de proporcionar integração, diversão, cooperação e tornar o ensino e a aprendizagem mais prazerosos.

Além disso, os jogos permitem trabalhar habilidades fundamentais para a alfabetização, como a consciência fonológica, a construção de palavras, a leitura de letras e sílabas, a ampliação do vocabulário, a compreensão textual, dentre outras. Na EJA, os jogos podem ser adaptados ao perfil dos estudantes, valorizando seus conhecimentos prévios e experiências de vida. Por exemplo, jogos com palavras relacionadas ao cotidiano dos educandos (como mercado, trabalho, transporte, família) tornam o conteúdo mais acessível e útil.

No que concerne à alfabetização, os jogos fonológicos são pertinentes para o trabalho com a consciência fonológica. A consciência fonológica é uma habilidade essencial no processo de alfabetização, pois envolve a percepção e a manipulação dos sons da fala, como rimas, aliterações, sílabas e fonemas. Esse domínio favorece a compreensão do sistema alfabético de escrita e facilita a leitura e a escrita. Embora essa competência seja comumente trabalhada na infância, ela é igualmente necessária para jovens, adultos e idosos em processo de alfabetização, sobretudo na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Segundo Morais (2019), embora a consciência fonológica seja amplamente estudada em relação ao aprendizado da leitura, ainda há pouca ênfase nas pesquisas que investigam sua importância para o domínio da norma ortográfica. O autor afirma que, “As relações entre consciência fonológica e aprendizado da leitura têm sido muito mais exploradas que aquelas existentes entre consciência fonológica e domínio da norma ortográfica.” (Morais, 2019, p. 122).

Essa observação destaca a necessidade de ampliar os estudos e as práticas pedagógicas que articulem as habilidades fonológicas não apenas à apropriação do Sistema de Escrita

Alfabetica, mas também ao uso correto da escrita, incluindo a ortografia, que é especialmente desafiadora para estudantes em processo de alfabetização, como é o caso dos adultos e idosos na EJA.

De acordo com Morais (1997), a consciência fonológica refere-se à capacidade de identificar, segmentar e manipular os sons da fala, sendo considerada uma habilidade preditora essencial no processo de alfabetização. Magda Soares (2002) destaca que a consciência fonológica é uma das competências iniciais mais importantes para a apropriação do sistema de escrita, pois ela permite que o aprendiz se aproprie das unidades sonoras da língua e consiga estabelecer uma relação entre o som e a escrita. Embora essa habilidade seja frequentemente associada ao ensino infantil, ela também é necessária para adultos e idosos em processo de alfabetização, uma vez que muitos deles não tiveram oportunidades de desenvolvê-la em sua formação inicial.

Além disso, os jogos criam um ambiente descontraído, favorecem a autoestima dos estudantes e promovem a interação, a escuta e o respeito mútuo. Para os educandos da EJA, muitos dos quais têm uma relação marcada por fracassos escolares, o uso do lúdico pode resgatar a confiança e o prazer de aprender.

Segundo Soares (2017), a consciência fonológica se refere à compreensão de que as palavras são compostas por diferentes sons, abrangente a capacidade de reflexão e manipulação de unidades linguísticas distintas. É importante destacar que a consciência fonológica envolve níveis distintos, tais como a consciência de palavras, sílabas e fonemas, e cada um deles possui características próprias que devem ser consideradas na escolha e elaboração dos recursos didáticos. Dessa forma, o planejamento das atividades deve respeitar o nível de desenvolvimento dos educandos e suas necessidades específicas, especialmente no contexto da EJA.

Para jovens, adultos e idosos em processo de alfabetização, os jogos fonológicos têm se mostrado estratégias motivadoras, pois promovem a aprendizagem de maneira lúdica, participativa e significativa. Recursos como o Baralho Fonológico (com imagens ou palavras para identificação de sons iniciais, medianos ou finais), o Bingo de Sílabas, o jogo Palavra Dentro da Palavra, o Alfabeto Lúdico e a Quantificação Silábica estimulam habilidades importantes, como a escuta atenta, a segmentação silábica, a associação entre letras e sons, e o reconhecimento da estrutura das palavras. Segundo Azevedo (2014), a utilização desses jogos contribui para o desenvolvimento da consciência fonológica, elemento essencial para a

apropriação do sistema alfabético de escrita, além de favorecer o protagonismo dos alunos e tornar o processo de alfabetização mais prazeroso e acessível.

Esses jogos podem ser adaptados conforme o perfil da turma, incluindo vocabulário do cotidiano dos educandos, imagens familiares e temáticas culturais próximas à sua realidade. Essa contextualização torna a aprendizagem mais respeitosa com a história de vida dos educandos, valorizando o que já sabem e integrando novos conhecimentos de maneira natural.

Além disso, para pessoas idosas o uso de jogos respeita o ritmo de aprendizagem e estimula funções cognitivas que tendem a se desgastar com o envelhecimento, como a memória de trabalho, a atenção e a coordenação motora fina. Os jogos também promovem convivência social, ajudando a fortalecer vínculos afetivos, o que é fundamental em um momento da vida marcado, muitas vezes pelo isolamento.

Do ponto de vista pedagógico, o uso de jogos de consciência fonológica contribui para que o educando não apenas aprenda a "juntar letras", mas compreenda o funcionamento da língua escrita como sistema de representação da fala. Isso é essencial para evitar um processo de alfabetização puramente mecânico e superficial. Os jogos de consciência fonológica não apenas facilitam a aprendizagem como também ressignificam o processo de alfabetização, tornando-o mais humano e inclusivo, sobretudo para aqueles que não tiveram oportunidade de acesso à educação escolar na infância.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa tem como objetivo investigar como os jogos vêm sendo abordados nas práticas e reflexões sobre alfabetização de jovens, adultos e idosos, com base na produção acadêmico-científica apresentada no Congresso Brasileiro de Alfabetização (CONBALF), promovido pela Associação Brasileira de Alfabetização (ABALF), no período de 2013 a 2023. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo e quantitativo com delineamento do tipo estado do conhecimento, uma modalidade de estudo que busca mapear e analisar o que tem sido produzido sobre determinada temática, considerando recortes temporais, institucionais e teóricos específicos.

Adota uma abordagem quali quantitativa, por compreender que as abordagens qualitativa e quantitativa não são excludentes, mas sim complementares na análise da realidade educacional. Segundo Minayo (2001), é preciso superar a visão dicotômica entre essas duas vertentes, pois ambas “podem e devem ser utilizadas de forma articulada, a depender da natureza do objeto de estudo e dos objetivos da pesquisa” (Minayo, 2001, p. 23). No contexto deste trabalho, a dimensão quantitativa permite mapear e organizar a produção acadêmica sobre o uso de jogos na alfabetização de jovens, adultos e idosos no período de 2013 a 2023, enquanto a dimensão qualitativa possibilita uma análise mais profunda das concepções, significados e práticas relatadas nos textos selecionados. Essa articulação metodológica oferece uma visão mais ampla e integrada do fenômeno investigado.

A escolha pelos anais do CONBALF justifica-se pela relevância do evento no cenário nacional, sendo um espaço consolidado de divulgação científica voltado à alfabetização em suas múltiplas dimensões. O congresso reúne educadores, pesquisadores e estudantes comprometidos com a democratização da educação e com a melhoria das práticas pedagógicas no Brasil. As produções apresentadas nesse evento refletem as tendências, os desafios e os avanços teóricos e metodológicos no campo da alfabetização especialmente no que se refere ao uso de práticas lúdicas e pedagógicas como os jogos.

A delimitação entre 2013 a 2023 contempla as seis edições do CONBALF realizadas nesse período. Para a coleta de dados, foram acessados os anais disponíveis no site oficial da ABALF e selecionados os trabalhos que atenderam aos seguintes critérios: estar disponível em formato completo, abordar explicitamente o uso de jogos como atividade lúdicas segundo

estratégia de alfabetização, mencionar o público-alvo como jovens, adultos e idosos e ter sido apresentado no evento entre os anos de 2013 e 2023.

O mapeamento envolveu consulta direta aos Anais, acessando o Eixo específico de Alfabetização de Jovens, Adultos e Idosos e identificando nos títulos e no corpo do trabalho palavras-chave “jogo” e “alfabetização de Jovens, adultos e Idosos”.

Após o levantamento e organização dos trabalhos disponíveis nos anais do Congresso Brasileiro de Alfabetização (CONBALF), procedeu-se à leitura dos textos e à identificação dos que se inserem no eixo temático voltado à alfabetização de jovens, adultos e idosos. As produções selecionadas foram, então, sistematizadas com base em categorias temáticas relacionadas às práticas e concepções de alfabetização para esse público, com ênfase na presença ou ausência do uso de jogos.

A partir da sistematização dos trabalhos apresentados nos Congressos Brasileiros de Alfabetização (CONBALF), pretendeu-se compreender em que medida essa temática tem sido investigada e valorizada nas discussões voltadas à alfabetização de jovens, adultos e idosos. Ao evidenciar essa presença ou ausência, a pesquisa buscou levantar reflexões sobre as lacunas e potencialidades do uso dos jogos como estratégia pedagógica para esse público.

4 OS CONGRESSOS BRASILEIROS DE ALFABETIZAÇÃO (CONBALF)

A criação dos Congressos Brasileiros de Alfabetização (CONBALF) está diretamente vinculada à trajetória de criação e consolidação da Associação Brasileira de Alfabetização (ABALF), entidade científica fundada com o objetivo de fortalecer o campo da alfabetização como área de pesquisa, formação docente e intervenção pedagógica no Brasil. De acordo com o histórico da própria ABALF, as primeiras discussões que culminaram na fundação ocorreram em outubro de 2009, durante a 32ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), quando a proposta de criação da associação foi apresentada em uma sessão especial (ABALF, 2025).

Conforme a Ata da Assembleia Geral de Criação do ABALF o processo de institucionalização avançou no ano seguinte, em setembro de 2010 quando a proposta foi aprovada na plenária final do I Seminário Internacional sobre História do Ensino de Leitura e Escrita (SIHELE), realizado na UNESP, campus de Marília, cujo tema foi “A constituição do campo da história da alfabetização no Brasil”. Ainda em 2010, a criação da Associação foi endossada pelo Grupo de Trabalho 10 Alfabetização, Leitura e Escrita da ANPEd. Entre 2010 e 2012, a proposta conquistou 17 moções de apoio emitidas por instituições de ensino superior, grupos de pesquisa, fóruns de pós-graduação e entidades educacionais (ABALF, 2025). A fundação oficial da ABALF ocorreu em 18 de julho de 2012, durante o 18º Congresso de Leitura do Brasil (COLE) promovido pela Associação de Leitura do Brasil (ALB), nas dependências da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Desde então, a ABALF assumiu o compromisso de promover e divulgar a produção científica sobre alfabetização, fomentar o pluralismo teórico, fortalecer o diálogo com instituições nacionais e internacionais, além de defender uma alfabetização comprometida com os princípios da justiça social, da democracia e do direito à educação (ABALF, 2025).

Com a criação da ABALF, tornou-se possível consolidar um evento nacional exclusivamente voltado à alfabetização, o Congresso Brasileiro de Alfabetização (CONBALF). Até então, o debate sobre alfabetização acontecia de forma dispersa em outros espaços, como no GT 10 da ANPEd ou em seminários como o SIHELE e o próprio COLE. O CONBALF surge, portanto, como resposta à necessidade de um espaço próprio de socialização de pesquisas, experiências e políticas públicas relacionadas à alfabetização em suas múltiplas dimensões (ABALF, 2025).

A diretoria da Associação Brasileira de Alfabetização (ABALF), conforme apresentado no quadro a seguir é composta por pesquisadores com ampla trajetória acadêmica vinculados a instituições públicas de ensino superior distribuídas por diferentes regiões do país. Essa composição evidencia o caráter nacional da entidade e seu compromisso com a divulgação da pesquisa, da formação docente e da qualificação das práticas pedagógicas no campo da alfabetização. A atuação desses membros, em suas respectivas áreas e instituições fortalece o diálogo entre teoria e prática, contribuindo significativamente para o avanço dos estudos sobre alfabetização no Brasil. Ademais, a ABALF tem como patrono o educador brasileiro Paulo Freire e como Presidente de Honra a professora Magda Becker Soares.

Tabela 1 Diretoria da ABALF (2012-2023)

ANO	NOME	CARGO	INSTITUIÇÃO
2012-2014	Maria do Rosário Longo Mortatti	Presidente	UNESP-Marília/SP
2012-2014	Cecília Maria Aldigueri Goulart	Vice-Presidente	UFF-Niterói/RJ
2014-2017	Cláudia Maria Mendes Gontijo	Presidente	UFES-Vitória/ES
2014-2017	Maria do Socorro A. Nunes Macedo	Vice-Presidente	UFPE-Recife/PE
2018-2019	Isabel Cristina A. da Silva Frade	Presidente	UFMG-Belo Horizonte/MG
2018-2019	Lourival José Martins Filho	Vice-Presidente	UDESC- Florianópolis/SC
2020-2021	Lourival José Martins Filho	Presidente	NAPE/UDESC- Florianópolis/SC
2020-2021	Adelma Nunes Barros Mendes	Vice-Presidente	UNIFAP-Macapá-AP
2022-2023	Lourival José Martins Filho	Presidente	NAPE/UDESC- Florianópolis/SC
2022-2023	Adelma Nunes Barros Mendes	Vice-Presidente	UNIFAP-Macapá/AP

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do site da Associação Brasileira de Alfabetização

Além da organização dos congressos, a ABALF também atua fortemente na difusão científica por meio da Revista Brasileira de Alfabetização (RBA), periódico científico de acesso aberto que visa constituir-se em um fórum qualificado de debate e divulgação da produção acadêmico-científica sobre alfabetização. A revista publica artigos originais, entrevistas e

resenhas com foco nas múltiplas dimensões do processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita, contemplando diferentes faixas etárias e contextos educacionais.

A RBA aceita contribuições de autores brasileiros e estrangeiros, em português, espanhol, francês, italiano e inglês, buscando promover a circulação internacional do conhecimento produzido na área. Importante destacar que a revista não cobra taxas de submissão nem de publicação, o que reforça seu compromisso com o acesso democrático à ciência. A ABALF também se reserva o direito de solicitar à comunidade científica a elaboração de dossiês e trabalhos que abordem temáticas de relevância para o campo da alfabetização.

Dessa forma, tanto os congressos como a Revista Brasileira de Alfabetização representam iniciativas fundamentais da ABALF no fortalecimento da área, contribuindo para o avanço das pesquisas e das práticas pedagógicas voltadas à alfabetização no Brasil.

Tabela 2 Edições da Revista Brasileira de Alfabetização (RBA) (2015-2025)

ANO	Nº DAS EDIÇÕES	TIPO DA EDIÇÃO
2015	1 e 2	Edição 1: inaugural
2016	3 e 4	Edições regulares
2017	5 e 6	Edições regulares
2018	7 e 8	Edições regulares
2019	9, 10 (Esp.) e 11	Edição 10: especial
2020	12 e 13	Edições regulares
2021	14 e 15	Edições regulares
2022	16 (Esp.), 17 e 18	Edição 16: especial com textos do V CONBALF
2023	19, 20 (Esp.) e 21	Edição 20: temática especial sobre Magda Soares
2024	22	Edição regular
2025	23	Infância, literatura e escola

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do site da Revista Brasileira de Alfabetização

A primeira edição do CONBALF foi realizada em julho de 2013 em Belo Horizonte-MG, sob o tema “Os sentidos da alfabetização no Brasil: o que sabemos, o que fazemos e o que queremos?”. Desde então, o congresso passou a ocorrer bianualmente, com temáticas que dialogam com os desafios históricos, pedagógicos, sociais e políticos da alfabetização no país. Com ampla participação de pesquisadores, professores da educação básica, estudantes e

gestores, o evento se consolidou como um dos principais fóruns nacionais de discussão sobre alfabetização.

Ao longo de uma década, as seis edições do CONBALF (2013, 2015, 2017, 2019, 2021 e 2023) tem promovido importantes debates sobre políticas públicas, práticas pedagógicas, formação docente, inclusão, alfabetização em diferentes ciclos da vida, tecnologias e abordagens teóricas. Ao reunir e sistematizar essa produção, os Congressos da ABALF têm contribuído para a consolidação da alfabetização como campo autônomo de pesquisa, além de oferecer subsídios valiosos para o fortalecimento das práticas educativas voltadas à construção do direito à leitura e à escrita para todas as pessoas, em todas as idades.

A realização dos Congressos Brasileiros de Alfabetização marca um passo importante na consolidação da alfabetização como um campo de estudos com identidade própria, articulando teoria e prática, pesquisa e políticas públicas. Esses eventos possibilitam o diálogo entre diferentes perspectivas teóricas, práticas pedagógicas inovadoras e experiências de ensino em diversos contextos sociais, contribuindo significativamente para o fortalecimento da alfabetização como direito fundamental.

Tabela 3 Edições do Congresso Brasileiro de Alfabetização (CONBALF)

Edição	Ano	Local	Volume Anais	Tema
I CONBALF	2013	UFMG- Belo Horizonte/MG	Vol. 1	Os sentidos da alfabetização no Brasil: o que sabemos, o que fazemos e o que queremos?
II CONBALF	2015	UFPE- Recife/PE	Vol. 2	Políticas públicas de alfabetização
III CONBALF	2017	UFES- Vitória/ES	Vol. 3	Diálogos sobre alfabetização
IV CONBALF	2019	UFMG- Belo Horizonte/MG	Vol.4	Qual alfabetização para qual tempo?
V CONBALF	2021	Evento remoto (pandemia)	Vol.5	Alfabetização: Políticas, Práticas e resistência
VI CONBALF	2023	UFPA- Belém/PA	Vol. 6	Alfabetização e democracia: direito à leitura e à escrita

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do site da Associação Brasileira de Alfabetização/Congressos

4.1 PRODUÇÕES ACERCA DA UTILIZAÇÃO DOS JOGOS NA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS

O Congresso Brasileiro de Alfabetização (CONBALF) se organiza a partir de eixos temáticos que orientam as submissões de trabalhos, as mesas-redondas e os debates acadêmicos. Esses eixos refletem a diversidade e a complexidade do campo da alfabetização, abrangendo desde políticas públicas até práticas pedagógicas, formação docente, inclusão, infância, juventude e vida adulta. Nas edições do CONBALF, por exemplo, são definidos dez eixos que orientam as discussões. Esses eixos têm como objetivo ampliar os olhares sobre os processos de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita em diferentes contextos sociais, culturais e educacionais.

Tabela 4 Eixos temáticos do Congresso Brasileiro de Alfabetização

NÚMERO	EIXO TEMÁTICO
1	Alfabetização e políticas públicas
2	Alfabetização e história
3	Alfabetização, diversidade e inclusão
4	Alfabetização e infância
5	Alfabetização e educação de jovens, adultos e idosos
6	Alfabetização e cultura digitais, tecnologias, e outras linguagens
7	Alfabetização e formação inicial e continuada de professores
8	Alfabetização e suas práticas
9	Alfabetização e literatura
10	Alfabetização, pesquisa autobiográfica e história de vida de professor

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do site da Associação Brasileira de Alfabetização/Congressos

Como esse trabalho se concentra na Alfabetização de Jovens, Adultos e Idosos, a pesquisa teve como foco os trabalhos relacionados ao Eixo 5, uma vez que reafirmam as especificidades da alfabetização desse público que tem interesses e perfil diferente das crianças.

A partir do levantamento e análise dos Anais dos Congressos Brasileiros de Alfabetização (CONBALF), no período de 2013 a 2023, no Eixo 5, observou-se uma presença limitada de produções que abordam diretamente o uso de jogos no processo de alfabetização de jovens, adultos e idosos. A maioria dos trabalhos voltados à Educação de Jovens e Adultos (EJA) concentrou-se em discussões sobre políticas públicas, práticas de letramento, histórias de vida dos sujeitos, variantes linguísticas e formação docente. Apesar da diversidade de

enfoques, poucos trabalhos relacionam de forma direta os jogos como estratégia pedagógica para esse público específico, como se observa na tabela 5.

Tabela 5 Produções sobre Jogos na Alfabetização de jovens, adultos e idosos nos CONBALF (2013–2023)

Edição/Ano	Principais temáticas abordadas sobre EJA	Produção sobre jogos
I CONBALF/2013	Formação de professores, práticas de leitura e escrita, políticas públicas e experiências escolares.	0
II CONBALF/2015	As concepções do educando da EJA sobre o uso de jogos de alfabetização na sala de aula (LIMA; SILVA, 2015), letramento de jovens e adultos, papel do professor, percepção dos educandos.	1
III CONBALF/2017	Oralidade, formação continuada, uso de tecnologia, escrita na EJA, ditado e cópia, política de alfabetização.	0
IV CONBALF/2019	Escrita inventada, alfabetização de trabalhadores, variação linguística, práticas pedagógicas, histórias de vida dos sujeitos da EJA.	0
V CONBALF/2021	Trajetórias escolares, juventude e velhice, desafios históricos da EJA, experiências de alfabetização em diferentes redes públicas.	0
VI CONBALF/2023	Memórias e afetividade, relação entre alfabetização e trabalho, consciência fonológica abordada, mas sem enfoque em jogos, letramento e identidade.	0

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do site da Associação Brasileira de Alfabetização/Congressos

Como se observa na tabela 5, o único trabalho identificado com foco explícito na temática foi apresentado no II CONBALF (2015) pelos autores Alex de Araújo Lima e Leila Nascimento da Silva, da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), intitulado “As concepções do educando da Educação de Jovens e Adultos sobre o uso de jogos de alfabetização na sala de aula”, vinculado ao eixo temático Alfabetização de Jovens e Adultos. O estudo analisou as percepções dos educandos da EJA sobre o uso de jogos no processo de aprendizagem, revelando que os sujeitos consideram os jogos como instrumentos facilitadores, motivadores e eficazes na construção do conhecimento. Além disso, o trabalho destacou a importância do papel do professor como mediador no uso pedagógico dos jogos, reforçando o

potencial da ludicidade como estratégia de ensino para jovens e adultos. Este achado destaca-se justamente por representar uma exceção dentro do conjunto de produções apresentadas ao longo dos anos.

Nos resultados obtidos, constatou-se que, conforme apontado por Lima e Silva (2015), a utilização de jogos no processo de alfabetização de jovens, adultos e idosos configura-se como uma estratégia pedagógica capaz de romper com métodos tradicionais excessivamente mecânicos. A inserção de atividades lúdicas favoreceu o reconhecimento e a memorização de letras e palavras, estimulando não apenas o aspecto cognitivo, mas também a dimensão física da aprendizagem, por meio da manipulação de materiais e da participação ativa nas dinâmicas propostas. Esse caráter interativo dos jogos contribuiu para um ambiente de sala de aula mais descontraído, favorecendo a expressão dos estudantes e o fortalecimento dos vínculos entre colegas, o que potencializa a troca de experiências e saberes.

Além de facilitar a apropriação do sistema de escrita, os jogos também se mostraram importantes para o desenvolvimento de competências como raciocínio lógico, atenção, concentração e resolução de problemas. A diversidade de formatos, incluindo jogos de memória, dominós e atividades de associação entre imagens e palavras, permitiu que diferentes estilos de aprendizagem fossem contemplados, ampliando as possibilidades de participação e engajamento dos alunos. Essa variedade possibilitou a adaptação das atividades a diferentes ritmos, respeitando as particularidades e necessidades de cada estudante, elemento essencial para a efetividade das práticas educativas na EJA.

Outro aspecto relevante identificado é que o uso sistemático dos jogos contribuiu para a construção de uma atmosfera mais motivadora e acolhedora na sala de aula. Os alunos relataram maior confiança para participar das atividades, percebendo avanços concretos em suas habilidades de leitura e escrita. Essa elevação da autoestima, aliada ao prazer proporcionado pelas atividades, favoreceu não apenas o desempenho acadêmico, mas também a permanência dos estudantes na escola, um desafio constante na EJA.

Nos demais congressos, apesar da expressiva participação de trabalhos voltados à EJA os jogos aparecem predominantemente em produções voltadas à alfabetização infantil e ensino fundamental anos iniciais. Nos trabalhos sobre jovens, adultos e idosos predominam temas como, o uso das tecnologias digitais na EJA, práticas de leitura e escrita em diferentes contextos, políticas de formação docente, processos históricos de escolarização e vivências de sujeitos da EJA.

Esse panorama evidencia uma lacuna significativa na produção acadêmica recente sobre o uso de jogos como recurso pedagógico voltado à alfabetização de sujeitos da EJA. A ausência de trabalhos recorrentes com essa temática sugere que os jogos, embora amplamente reconhecidos como ferramentas eficazes para o ensino de crianças, ainda não são explorados com a mesma intensidade no contexto da EJA, o que pode refletir desafios específicos da prática docente com esse público, preconceitos metodológicos ou ausência de políticas formativas voltadas à ludicidade no ensino de adultos.

Diante disso, a presente pesquisa contribui com esse debate, sistematizando e problematizando o espaço (ou a falta dele) que os jogos ocupam nas discussões acadêmicas sobre alfabetização de jovens, adultos e idosos ao longo da última década. Tal reflexão torna-se essencial para compreender as barreiras e as possibilidades do uso de jogos nesse campo, e para ampliar o reconhecimento do valor da ludicidade no processo de alfabetização em todas as fases da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo investigar as contribuições do uso de jogos no processo de alfabetização de jovens, adultos e idosos, a partir da análise de produções apresentadas nos Congressos Brasileiros de Alfabetização (CONBALF) realizados entre os anos de 2013 e 2023. A partir dessa análise, buscou-se compreender como os jogos têm sido abordados nas práticas pedagógicas voltadas a esse público, bem como identificar a presença ou ausência dessa temática nas produções acadêmicas dos últimos dez anos.

A pesquisa bibliográfica desenvolvida possibilitou uma compreensão mais ampla e reflexiva no campo da alfabetização de sujeitos jovens, adultos e idosos, especialmente no que diz respeito às práticas pedagógicas que utilizam jogos como estratégia de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita.

A questão norteadora da pesquisa: “De que forma os trabalhos publicados nos Anais do CONBALF contemplam (ou não) a utilização de jogos no processo de alfabetização de jovens, adultos e idosos?” foi respondida a partir da leitura criteriosa dos anais e da categorização dos conteúdos encontrados. Embora os objetivos propostos tenham sido alcançados em termos de levantamento e análise crítica das produções, os resultados revelaram a escassez de estudos específicos sobre o tema. Apenas um trabalho, apresentado no II CONBALF de 2015, abordava diretamente o uso de jogos no contexto da EJA, o que reforça a necessidade de maior atenção e aprofundamento nessa área. Ainda assim, a pesquisa conseguiu sistematizar as poucas referências existentes e problematizar a ausência dessa abordagem nos debates acadêmicos recentes apontando tanto para os limites quanto para as possibilidades do uso dos jogos como recurso pedagógico na alfabetização de jovens, adultos e idosos.

Entre os principais achados do estudo, destaca-se a constatação de que os jogos quando planejados intencionalmente e articulados aos objetivos da alfabetização, não apenas favorecem o aprendizado de conteúdos linguísticos, mas também promovem o desenvolvimento da autonomia, da autoestima e da socialização entre os estudantes da EJA e dos programas voltados à Terceira Idade. Em muitas das experiências analisadas, os jogos são compreendidos não apenas como atividades lúdicas, mas como estratégias que mobilizam a memória, a atenção, o raciocínio lógico e a linguagem oral e escrita, tornando o processo de alfabetizar mais atrativo, dinâmico e humanizado.

Outro ponto relevante da pesquisa é que, apesar das experiências exitosas encontradas, ainda é visível a escassez de estudos sistemáticos voltados especificamente à alfabetização de adultos e idosos por meio dos jogos. A maior parte das produções encontradas nos CONBALFs tende a se concentrar na alfabetização infantil, ensino nos anos iniciais ou nos aspectos gerais da educação de jovens, adultos e idosos. Esse dado revela um limite importante da presente investigação a quantidade reduzida de trabalhos com foco direto no uso de jogos com esse público específico. No entanto, isso também aponta para um campo fecundo de possibilidades para futuras pesquisas, formações docentes e propostas curriculares mais inovadoras e inclusivas.

A presente pesquisa contribuiu significativamente para a minha formação como educadora, pois possibilitou uma ampliação do olhar sobre o processo de alfabetização em diferentes faixas etárias, sobretudo a partir de uma perspectiva mais sensível, interativa e democrática. O contato com as produções acadêmicas do CONBALF e a análise reflexiva dessas experiências fortaleceu minha convicção de que os jogos devem ser valorizados como aliados no processo alfabetizador, especialmente quando aplicados com consciência crítica e responsabilidade pedagógica.

Como sugestão para novos estudos, propõe-se a ampliação da investigação com abordagem empírica, por meio de observações em sala de aula, entrevistas com educadores da EJA ou mesmo o desenvolvimento e a aplicação de propostas didáticas com jogos voltadas especificamente para jovens, adultos e idosos em processo de alfabetização. Tais pesquisas poderão colaborar ainda mais para a valorização da ludicidade na educação de pessoas que historicamente tiveram negado o direito à escolarização, reafirmando o princípio de que nunca é tarde para aprender e que aprender pode, sim, ser prazeroso.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. **Ofício de mestre: imagens e autoimagens**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ALFABETIZAÇÃO (ABALF). Congressos – CONBALF. Disponível em: <https://www.abalf.org.br/congressos>. Acesso em: 10 jul. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ALFABETIZAÇÃO (ABALF). Diretoria. Disponível em: <https://www.abalf.org.br/diretoria>. Acesso em: 10 jul. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ALFABETIZAÇÃO (ABALF). Histórico da criação da ABALF. Disponível em: <https://www.abalf.org.br/historico>. Acesso em: 10 jul. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ALFABETIZAÇÃO (ABALF). Sobre a RBA – Revista Brasileira de Alfabetização. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/about>. Acesso em: 10 jul. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ALFABETIZAÇÃO (ABALF). VII CONBALF – VII Congresso Brasileiro de Alfabetização. Disponível em: <https://www.abalf.org.br/vii-conbalf>. Acesso em: 10 jul. 2025.

AZEVEDO, Adriana de. **Jogos e atividades lúdicas no processo de alfabetização de jovens e adultos**. São Paulo: Cortez, 2014.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. 24. ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 30 jun. 2021.

BRASIL. **Ministério da Educação**. MEC divulga mapa das mais de 7 mil formaturas antecipadas de cursos da saúde. Brasília: MEC, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec-divulga-mapa-das-mais-de-7-mil-formaturas-antecipadas-de-cursos-da-saude/pt-br/pacto-eja>. Acesso em: 18 jul. 2025.

BRASIL. **Ministério da Educação. Programa Brasil Alfabetizado**. Brasília: MEC, 2024. Disponível em: <https://alfabetizacao.mec.gov.br/pba>. Acesso em: 18 jul. 2025.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. 18. ed. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 27. ed. São Paulo: Cortez, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – 2013 (PNAIC)**. Brasília: FNDE, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/bolsas-e-auxilios/lista-de-programas/pacto-nacional-pela-alfabetizacao-da-idade-certa-2013-pnaic-1>. Acesso em: 18 jul. 2025.

INAF. INDICADOR DE ALFABETISMO FUNCIONAL. Disponível em: <https://alfabetismofuncional.org.br/>. Acesso em: 15 jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Indicadores educacionais avançam em 2024, mas atraso escolar aumenta**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43699-indicadores-educacionais-avancam-em-2024-mas-atraso-escolar-aumenta>. Acesso em: 18 jul. 2025.

KISHIMOTO, Terezinha M. **O jogo educativo na educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). **Programa Brasil Alfabetizado – PBA**. Disponível em: <https://alfabetizacao.mec.gov.br/pba>. Acesso em: 18 jul. 2025.

MORAIS, Artur. **Consciência fonológica na educação infantil e no ciclo de alfabetização**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MORAIS, José. **A consciência fonológica e a aprendizagem da leitura**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **A história da alfabetização no Brasil**. São Paulo: Ática, 2000.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Vygotsky: aprendizagem e desenvolvimento: um processo sócio-histórico**. 9. ed. São Paulo: Scipione, 2010.

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TEIXEIRAS DE FREITAS 2015-2025. Disponível em: <https://www.teixeiradefreitas.ba.gov.br/wp-content/uploads/2024/06/PME-TEIXEIRA-DE-FREITAS.pdf>. Acesso em 05 de julho 2025.

SOARES, Magda. **Alfabetização: a questão dos métodos**. 25. ed. São Paulo: Contexto, 2021.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2003.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. 17. ed. São Paulo: Ática, 2002.

STREET, Brian. **Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação.** Tradução: Débora Maldonado da Silva; Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Capítulo 5: Educação de Jovens e Adultos. In: Anuário Brasileiro da Educação Básica – 2024.** São Paulo: Todos Pela Educação, 2024. Disponível em: <https://anuario.todospelaeducacao.org.br/capitulo-5-educacao-de-jovens-e-adultos.html>. Acesso em: 18 jul. 2025.

UNICEF. **Analfabetismo funcional não apresenta melhora e alcança 29% dos brasileiros, mesmo patamar de 2018, aponta novo levantamento do INAF. UNICEF Brasil, 3 abr. 2024. Disponível em:** <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/analfabetismo-funcional-nao-apresenta-melhora-e-alcanca-29-por-cento-dos-brasileiros-mesmo-patamar-de-2018-aponta-novo-levantamento-do-inaf>. Acesso em: 18 jul. 2025.